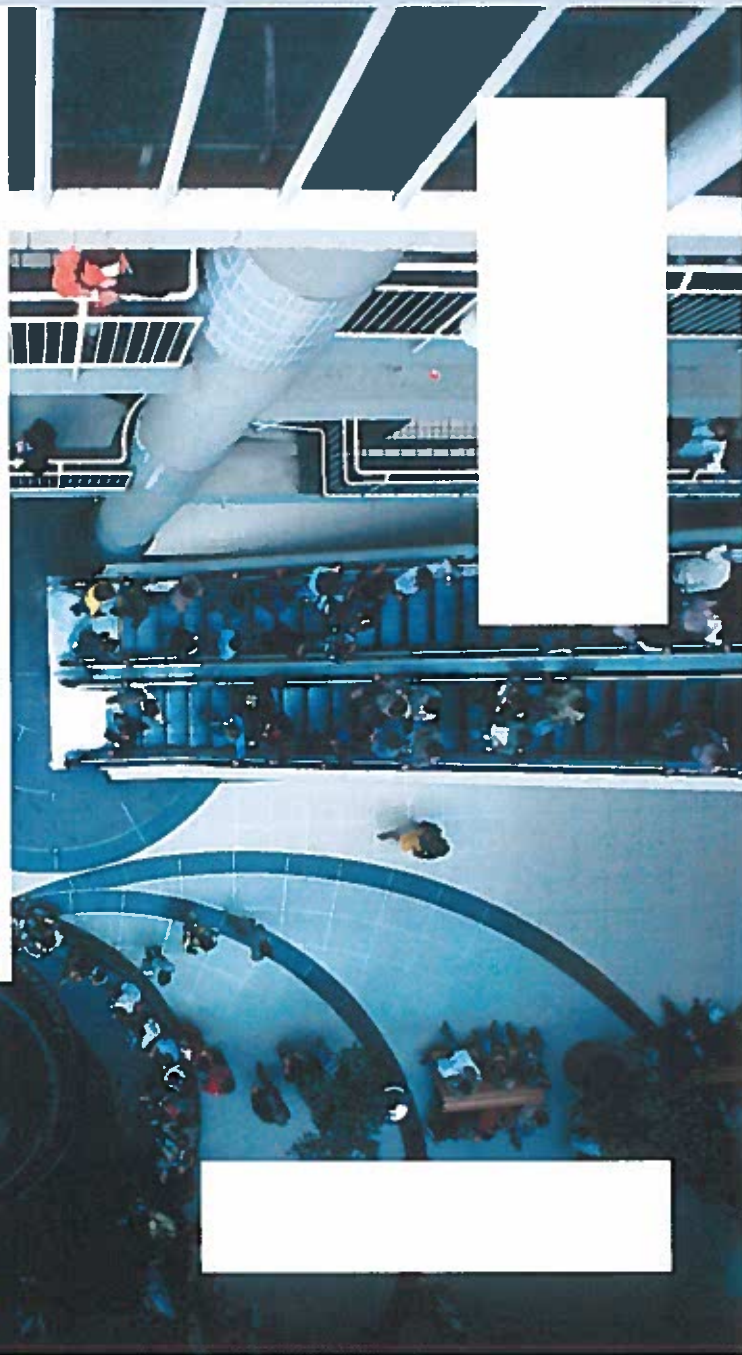


Relatório e Contas 2015

Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

setembro 2016



Índice

A Empresa	1
Relatório de Gestão	2
<i>Atividade Global da Willis Towers Watson</i>	<i>2</i>
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício.....</i>	<i>2</i>
<i>Perspetivas para o Próximo Exercício.....</i>	<i>3</i>
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	<i>3</i>
Balanço – Ativo	4
Balanço – Passivo e Capital Próprio	5
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	6
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	9
1. <i>Nota introdutória</i>	<i>9</i>
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</i>	<i>9</i>
3. <i>Principais políticas contabilísticas</i>	<i>9</i>
3.1 <i>Bases de apresentação.....</i>	<i>9</i>
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis.....</i>	<i>10</i>
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros</i>	<i>10</i>
3.4 <i>Locações</i>	<i>11</i>
3.5 <i>Rédito</i>	<i>12</i>
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento.....</i>	<i>12</i>
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	<i>13</i>
3.8 <i>Provisões.....</i>	<i>13</i>
3.9 <i>Benefícios pós-emprego</i>	<i>13</i>
3.10 <i>Especialização de exercícios</i>	<i>13</i>
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes</i>	<i>14</i>
3.12 <i>Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.....</i>	<i>14</i>
4. <i>Fluxos de caixa.....</i>	<i>14</i>
5. <i>Ativos fixos tangíveis</i>	<i>15</i>
6. <i>Locações</i>	<i>16</i>
7. <i>Clientes.....</i>	<i>17</i>
8. <i>Impostos sobre o rendimento</i>	<i>17</i>

9. Acionistas/Sócios	19
10. Outras contas a receber	19
11. Diferimentos ativos	19
12. Instrumentos de capital próprio	20
13. Passivos financeiros	20
14. Estado e outros entes públicos	21
15. Outras contas a pagar	21
16. Vendas e serviços prestados	22
17. Fornecimentos e serviços externos	23
18. Gastos com o pessoal	24
19. Outros gastos e perdas	24
20. Juros e rendimentos similares obtidos	25
21. Partes relacionadas	25
22. Divulgações exigidas por diplomas legais	27

A Empresa

Em resultado da fusão entre o Grupo Willis Holdings e a Towers Watson & Company, ocorrida a 5 de janeiro de 2016, foi formado o grupo Willis Towers Watson.

A Willis Towers Watson é uma empresa global líder em consultoria, corretagem e soluções, que apoia clientes em todo o mundo a transformar o risco num caminho para o crescimento. Com um percurso que data desde 1828, a Willis Towers Watson tem 39.000 colaboradores em mais de 120 países.

Desenhamos e oferecemos soluções que gerem o risco, otimizam os benefícios, promovem o talento e ampliam o poder do capital de forma a proteger e a reforçar as organizações e os indivíduos. A nossa perspetiva única permite-nos olhar para as principais interseções entre os talentos, os ativos e as ideias – a fórmula dinâmica que promove o desempenho do negócio.

A forte focalização no cliente, a ênfase no trabalho de equipa, uma integridade inabalável, o respeito mútuo e um constante esforço pela excelência são os principais valores onde assenta a riqueza da história da Willis Towers Watson. Estes valores irão continuar a definir a nossa abordagem ao negócio e a nossa relação com os nossos clientes, tanto no presente como no futuro.

Apesar da fusão em janeiro de 2016, a empresa portuguesa manteve a sua denominação Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, doravante TW(P).

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, uma empresa do grupo Willis Towers Watson, exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

O ano fiscal da TW(P) não é coincidente com o ano civil sendo que, o exercício fiscal de 2015, compreende o período de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Relatório de Gestão

Atividade Global da Willis Towers Watson

Este ano registou-se uma oscilação nos nossos proveitos em quase todas as regiões e segmentos, provocada em parte pela reação do mercado à fusão ocorrida no início do ano de 2016. Face ao ano anterior, os proveitos globais da Willis Towers Watson cresceram cerca de 5% no primeiro semestre e 11% no segundo.

Durante o ano fiscal de 2015, fizemos progressos significativos na nossa integração. Algumas das ações em curso e as principais iniciativas de integração, poderão não ter impacto direto nos nossos resultados, mas são fundamentais para o nosso sucesso a longo prazo. Continuamos focados no mercado e nos nossos clientes, ganhámos novos projetos devido à forte colaboração entre colegas de diferentes partes do mundo. Confirma-se o contínuo desenvolvimento e crescimento do segmento de Exchange Solutions.

A aquisição da Gras Savoye pelo grupo teve um impacto positivo nos proveitos dos segmentos de Human Capital & Benefits (HCB) e Corporate Risk & Broking (CRB) conferindo um aumento, de pelo menos, 7% no último trimestre do ano fiscal.

Evolução da Empresa e Análise do Exercício em Portugal

Relativamente ao exercício fiscal em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 10.445.152 euros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 1% face ao ano fiscal anterior. Este ténue aumento resulta do acréscimo das exportações do trabalho na equipa do European Valuation Centre e da diminuição das prestações de serviços do mercado interno.

No que diz respeito aos gastos, há a referir o valor de 5.109.536 euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 3.418.654 euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.065.652 euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros gastos e perdas, no montante de 120.930 euros, são referentes, na sua maioria, a investimentos não financeiros.

O resultado líquido do exercício atingiu um montante de 1.953.945 euros no ano fiscal findo a 30 de junho de 2016.

Perspetivas para o Próximo Exercício

Considerando as projeções para a economia Portuguesa, prevê-se que a atividade económica apresente uma recuperação moderada, mas ligeiramente inferior à projetada para a zona do euro. Espera-se que as exportações percam dinamismo, o que poderá traduzir-se apenas num aumento ligeiro na prestação de serviços para a União Europeia, nomeadamente para o Reino Unido. Decorrentes das perspetivas referidas, espera-se que o volume de negócios da TW(P) para o próximo ano não sofra grandes oscilações face ao corrente ano. O facto de a economia Portuguesa permanecer ainda muito vulnerável, poderá não criar um padrão sustentável de crescimento económico.

Proposta de Aplicação de Resultados

A gerência propõe que sejam aprovadas as contas relativas ao exercício fiscal de 2015 e, propõe também, que o resultado líquido do exercício de 1.953.945 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 1.953.945 euros - Resultados transitados

Lisboa, 30 de setembro de 2016



A Gerência

Balanço – Ativo

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30 junho 2016	30 junho 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	231.747	433.160
Outros ativos financeiros	4	19.409	18.760
Total do ativo não corrente		251.156	451.920
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	7	528.424	2.422.712
Estado e outros entes públicos	14	-	16.632
Acionistas / sócios	9	6.463.080	3.505.232
Outras contas a receber	10	1.610.702	1.163.358
Diferimentos	11	86.384	78.213
Caixa e depósitos bancários	4	168.325	152.790
Total do ativo corrente		8.856.914	7.338.936
Total do ativo		9.108.070	7.790.856

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de junho de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

Américo Vaz

Balanço – Passivo e Capital Próprio

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		30 junho 2016	30 junho 2015
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reserva legal	12	20.000	20.000
Resultados transitados		4.332.420	1.815.037
		<u>5.231.357</u>	<u>2.713.975</u>
Resultado líquido do exercício		1.953.945	2.517.382
Total do capital próprio		<u>7.185.302</u>	<u>5.231.357</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Diferimentos		13.483	20.224
Total do passivo não corrente		<u>13.483</u>	<u>20.224</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	490.979	484.520
Estado e outros entes públicos	14	606.807	897.559
Outras contas a pagar	15	811.500	1.157.197
Total do passivo corrente		<u>1.909.286</u>	<u>2.539.275</u>
Total do passivo		<u>1.922.769</u>	<u>2.559.499</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>9.108.070</u>	<u>7.790.856</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de junho de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Telagão

A Gerência

António Luís Costa

Demonstração dos Resultados por Naturezas

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 junho 2016	30 junho 2015
Vendas e serviços prestados	16	10.445.152	10.367.198
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.065.652)	(2.209.736)
Gastos com o pessoal	18	(5.109.536)	(4.882.278)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	2.098	5.818
Outros rendimentos e ganhos	19	-	151.000
Outros gastos e perdas	19	(120.930)	(115.396)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.151.132	3.316.607
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5	(157.124)	(182.868)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	5	-	142.431
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.994.008	3.276.170
Juros e proveitos similares obtidos	20	1.314	545
Resultado antes de impostos		2.995.322	3.276.715
Imposto sobre o rendimento do exercício			
- Imposto corrente	8	(1.041.377)	(680.334)
- Imposto diferido	8	-	(78.999)
Resultado líquido do exercício		1.953.945	2.517.382

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 30 de junho de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência



Demonstração das Alterações no Capital Próprio

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Prémios de emissão	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 30 de junho de 2014	100.000	778.937	20.000	2.250.510	(435.473)	2.713.974
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2014:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(435.473)	435.473	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	2.517.382	2.517.382
Saldo em 30 de junho de 2015	100.000	778.937	20.000	1.815.037	2.517.382	5.231.357
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2015:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	2.517.382	(2.517.382)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	1.953.945	1.953.945
Saldo em 30 de junho de 2016	100.000	778.937	20.000	4.332.420	1.953.945	7.185.302

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 30 de junho de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

António Luís Vaz

Demonstração de Fluxos de Caixa

EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

	30 junho 2016	30 junho 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	11.998.416	9.403.044
Pagamentos a fornecedores	(2.024.859)	(2.397.268)
Pagamentos ao pessoal	(5.511.954)	(4.652.471)
Caixa gerada pelas operações	4.461.603	2.353.304
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.308.432)	(55.059)
Outros recebimentos / pagamentos	(168.487)	209.369
Fluxos das atividades operacionais [1]	2.984.684	2.507.614
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(11.963)	(180.675)
Empréstimos concedidos a acionistas	(2.957.849)	(2.341.980)
Fluxos das atividades de investimento [2]	(2.968.498)	(2.522.110)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	1.314	545
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(652)	(57)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(652)	(57)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(652)	(57)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	15.534	(14.553)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	152.790	167.343
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	168.325	152.790

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 30 de junho de 2016.

O Contabilista Certificado

Telma Talagão

A Gerência

António Jacinto

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, uma empresa Willis Towers Watson ("Towers Watson" ou "Sociedade") é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal ("Ex-Sucursal") e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, n.º 245 – 4º B em Lisboa. A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área da gestão financeira, das pessoas e do risco.

Desde a sua constituição, a Sociedade adota como exercício económico o período de doze meses findo em 30 de junho de cada ano.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (arredondados para a unidade) e foram aprovadas pela Gerência em 30 de setembro de 2016.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e as normas interpretativas ("NI") espelhadas nos avisos n.º 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por "NCRF".

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os mesmos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8

As obras efetuadas em edifícios arrendados são amortizadas durante o período de vigência do respetivo contrato de arrendamento, ou seja, até junho de 2018.

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

3.3 Ativos e passivos financeiros

De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, a Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

a) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

b) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfirmam substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os encargos com locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Fornecimentos e serviços externos” como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A receita da Sociedade é essencialmente proveniente de projetos de consultoria prestados a entidades do Grupo e outros clientes.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Para os projetos de consultoria prestados a entidades do Grupo, o rédito é reconhecido numa base linear durante o período estimado de execução do serviço.

Adicionalmente, para a receita ainda não faturada, registada na rubrica “Outras contas a receber – Acréscimo de rendimentos”, a Sociedade regista uma imparidade com base na sua antiguidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registado consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre



os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas "Diferimentos".

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor críticos identificados, bem como as principais fontes de incerteza, prendem-se com o apuramento da imparidade para clientes e o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2016 e 2015 detalham-se conforme segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Numerário	466	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	167.858	152.290
	<u>168.325</u>	<u>152.790</u>

Por outro lado, em 30 de junho de 2010, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º n.º 1 alínea d) e do artigo 42º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de julho. O referido montante foi atualizado para 18.760 euros em dezembro de 2013, de acordo com a alínea b) do n.º 4 da Circular n.º 4/2013, de 20 de agosto, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquele depósito, que em 30 de junho de 2016

ascende a 19.409 euros (incluindo juros), não se encontra disponível para uso imediato por parte da Sociedade, pelo que se encontra registado na rubrica "Ativo não corrente – Outros ativos financeiros".

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2016				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	602.324	343.575	11.350	957.249
Aquisições	-	11.963	-	11.963
Abates	(190.841)	(12.704)	-	(203.545)
Outras variações	(10.589)	4.419	(1.240)	(7.410)
Saldo final	400.894	347.252	10.110	758.257
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	316.270	202.421	5.398	524.089
Amortizações do exercício	140.960	18.570	(2.406)	157.124
Abates	(135.583)	(11.711)	-	(147.294)
Outras variações	(28.941)	17.029	4.502	(7.410)
Saldo final	292.707	226.309	7.493	526.510
Ativos líquidos	108.187	120.943	2.617	231.747
30 de junho de 2015				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	709.319	337.779	11.350	1.058.448
Aquisições	65.638	5.796	-	71.434
Abates	(179.169)	-	-	(179.169)
Outras variações	6.536	-	-	6.536
Saldo final	602.324	343.575	11.350	957.249
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	440.892	176.806	5.398	623.096
Amortizações do exercício	157.346	25.522	-	182.868
Transferências	(93)	93	-	-
Imparidade para ativos fixos abandonados	(142.431)	-	-	(142.431)
Abates	(139.444)	-	-	(139.444)
Saldo final	316.270	202.421	5.398	524.089
Ativos líquidos	286.054	141.154	5.952	433.160

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas em exercícios anteriores no edifício onde a Sociedade tem instalado os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade. Os espaços utilizados pela Sociedade (dois) encontram-se abrangidos por dois contratos de arrendamento, os quais foram renegociados em 2013, com uma duração de 56 e 54 meses, renováveis automaticamente por períodos de três anos. As obras encontram-se a ser depreciadas pelo período daqueles contratos.

No seguimento da não renovação no exercício terminado em 30 de junho de 2014 do contrato de arrendamento de um dos espaços que utilizava, nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 a Sociedade procedeu ao abate do valor remanescente associado àquele espaço.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício findo em 30 de junho de 2016, no montante de 157.124 euros (182.868 euros em 30 de junho de 2015), foram registadas na rubrica "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização".

6. Locações

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2016, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

Locatário

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	30-06-2016	30-06-2015
Até 1 ano	382.077	368.718
Entre 1 ano e 5 anos	433.080	691.706
A mais de 5 anos	-	-
	<u>815.157</u>	<u>1.060.424</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 ascende a 384.959 euros e a 369.74 euros, respetivamente, e encontra-se registado na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

7. Clientes

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015
Clientes gerais	389.115	375.255
Clientes - empresas relacionadas (Nota 21.3)	142.523	2.052.769
	<u>531.638</u>	<u>2.428.024</u>
Imparidade para clientes	(3.214)	(5.312)
	<u>528.424</u>	<u>2.422.712</u>

Em 30 de junho de 2016, a rubrica “Clientes” não apresentava saldos com antiguidade superior a 6 meses.

A reversão líquida de imparidade ocorrida em 30 de junho de 2016 e 2015, nos montantes de 2.098 euros e 5.818 euros, respetivamente, foi registada na rubrica da demonstração dos resultados “Perdas por imparidade em dívidas a receber - Clientes”.

8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% e 23%, respetivamente. A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 no apuramento de impostos fosse de 22,5% e 24,5%, respetivamente.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, os lucros tributáveis estiveram sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do CIRC, aplicável ao montante de lucro tributável da seguinte forma: a) de mais de 1.500.000 euros até 7.500.000 euros aplica-se a taxa de 3%, b) de mais de 7.500.000 euros até 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 5% e superior a 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 7%.

Na sequência da publicação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, os encargos efetuados ou suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com viaturas, cujo custo de aquisição seja inferior a 25.000 euros são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos efetuados ou suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição seja igual ou superior a 25.000 euros e inferior a 35.000 euros será aplicada uma taxa de tributação de 27,5%. Às viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 35.000 euros, a taxa a aplicar será de 35%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

A legislação fiscal em vigor prevê que para os prejuízos fiscais gerados até ao exercício de 2010, o prazo de reporte é de seis anos, para os prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011 é de quatro anos, para os prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013 é de cinco anos e para os prejuízos fiscais gerados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos. Adicionalmente, com a publicação da Reforma do IRC (Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro), a dedução em cada exercício

dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado nesse exercício.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 e 2015.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado como segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Imposto corrente estimado (Nota 14)	(1.041.377)	(680.334)
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais reportáveis	-	(78.999)
	<u>(1.041.377)</u>	<u>(759.333)</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade procedeu ao registo de 78.999 euros de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, os quais foram integralmente utilizados no exercício findo em 30 de junho de 2015.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é como segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Resultado antes de impostos	2.995.322	3.276.715
Taxa de IRC aplicável	22,50%	24,50%
Imposto esperado	<u>673.947</u>	<u>802.795</u>
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(45.225)	(137.019)
Imparidade de ativos não correntes e depreciações não aceites fiscalmente	24.920	7.318
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	8.065	11.236
Imparidade não aceite fiscalmente	-	(34.896)
Outros	3.673	7.495
Tributação autónoma	332.278	55.112
Derrama estadual	43.718	47.291
Imposto registado	<u>1.041.377</u>	<u>759.333</u>
Taxa efetiva	<u>34,77%</u>	<u>23,17%</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o saldo de benefícios fiscais respeitava à dedução ao rendimento do benefício gerado com a criação líquida de emprego. No exercício findo em 30 de junho de 2015, aquele saldo incluía ainda a dedução do montante de 80.635 euros respeitante ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento ("CFEI").

9. Acionistas/Sócios

Em 30 de junho de 2016 e 2015, esta rubrica incluía os montantes de 6.463.080 euros e 3.505.232 euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos à casa mãe num sistema de cash pooling. Em 30 de junho de 2016 e 2015, o empréstimo concedido à casa-mãe vencia juros a uma taxa anual de 0,01% e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de julho de 2016 e 2015, respetivamente.

10. Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015
Acréscimo de rendimentos	1.610.702	1.162.871
Outros	-	487
	<u>1.610.702</u>	<u>1.163.358</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica "Acréscimo de rendimentos" dizia respeito à especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria desenvolvidos pela Sociedade que se encontravam em curso naquelas datas. Aqueles saldos encontram-se líquidos da imparidade registada pela antiguidade dos valores em curso (Nota 3.5), nos montantes de 9.448 euros e 11.279 euros, respetivamente, e de adiantamentos recebidos de clientes.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica acima referida incluía um montante de 1.531.710 euros e 1.116.939 euros, respetivamente, relativo à especialização de rendimentos associados a projetos de consultoria em curso prestados a entidades relacionadas, cuja faturação ocorreu entre julho e setembro de 2016 (Nota 21.3).

11. Diferimentos ativos

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015
Gastos a reconhecer:		
Seguros	35.067	19.646
Gastos com pessoal	22.197	10.070
Rendas	21.595	40.320
Serviços especializados	6.660	6.660
Deslocações e estadas	866	770
Formação	-	747
	<u>86.384</u>	<u>78.213</u>

12. Instrumentos de capital próprio

Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 2015, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited, sociedade com sede no Reino Unido.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os prémios de emissão ascendem a 778.937 euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a reserva legal ascendia a 20.000 euros, perfazendo os 20% mínimos exigidos legalmente.

Aplicação de resultados

Conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral realizada em 9 de outubro de 2015, o resultado líquido relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2015, no montante de 2.517.382 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	33.036	52.970
Fornecedores - entidades relacionadas (Nota 21.3)	457.943	431.550
	<u>490.979</u>	<u>484.520</u>

14. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015	
	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			
Estimativa de imposto (Nota 8)	1.041.377	-	680.334
Retenções na fonte	1.357	82	-
Pagamento especial por conta	(21.534)	16.550	-
Pagamento adicional por conta	(38.739)	-	-
Pagamento por conta	(581.166)	-	-
	401.295		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	66.147	-	80.532
Imposto sobre o valor acrescentado	41.372	-	38.381
Contribuições para a Segurança Social	97.993	-	98.313
	606.807	16.632	897.559

No exercício findo em 30 de junho de 2016, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se ao mês de junho de 2016, sendo o Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos meses de maio e junho de 2016.

15. Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	30-06-2016	30-06-2015
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus	240.990	522.350
. Férias e subsídio de férias	231.002	302.000
. Subsídio de natal	51.475	74.500
. Segurança Social	67.089	89.000
Outros acréscimos de gastos	220.944	169.347
	811.500	1.157.197

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Outros acréscimos de gastos” incluía, essencialmente, acréscimos de gastos com serviços prestados à Sociedade cujas faturas, naquelas datas, ainda não tinham sido rececionadas, nomeadamente com o Grupo, no montante de 115.258 euros e 48.207 euros, respetivamente, (Nota 21.3) e outros encargos com o pessoal.

Em 30 de junho de 2016, a rubrica "Acréscimo de gastos com o pessoal – bónus" inclui somente o valor respeitante a 6 meses, uma vez que em março foi pago o proporcional dos meses de julho a dezembro de 2015, que anteriormente ocorria em setembro. Esta alteração está relacionada com uma diretiz da casa mãe por consequência da mudança do fecho do ano fiscal de 30 de junho para 31 de dezembro. O mesmo irá ocorrer para a Sociedade em dezembro de 2016.

16. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, as vendas e os serviços prestados podem ser detalhados da seguinte forma:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Prestações de serviços de consultoria	10.278.043	10.112.346
Prestações de serviços de mediação de seguros (Nota 22)	167.109	254.852
	<u>10.445.152</u>	<u>10.367.198</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a distribuição das vendas e dos serviços prestados por mercado geográfico pode ser detalhada da seguinte forma:

Mercado Geográfico

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Interno	1.863.954	2.307.853
Comunitário	8.427.185	7.791.132
Extra-comunitário	154.013	268.213
	<u>10.445.152</u>	<u>10.367.198</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Trabalhos especializados	1.184.591	1.336.670
Rendas e alugueres	455.624	459.091
Deslocações e estadas	125.401	98.878
Seguros	119.184	114.819
Honorários	38.957	36.693
Comunicação	32.887	36.408
Outros serviços	25.968	24.659
Eletricidade	25.237	26.883
Despesas de representação	20.400	22.773
Limpeza, higiene e conforto	15.795	15.361
Material de escritório	11.524	11.981
Conservação e reparação	4.844	9.106
Outros - serviços bancários	2.118	2.090
Publicidade, marketing e propaganda	1.224	12.641
Livros e documentação técnica	977	854
Artigos para oferta	924	829
	<u>2.065.652</u>	<u>2.209.736</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2016, a rubrica “Trabalhos especializados” diminuiu, estando esta diminuição essencialmente relacionada com o débito de despesas relativas aos expatriados e aos honorários debitados pela casa mãe, que no último ano diminuiu devido ao decréscimo do número de expatriados. Em 30 de junho de 2016 existem apenas dois expatriados.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (251.410 euros em 2016 e 250.705 euros em 2015).

No exercício findo em 30 de junho de 2016, a rubrica “Deslocações e estadas” apresentou um aumento face ao ano anterior, justificada essencialmente pelo acréscimo do número de viagens ao estrangeiro para formação, visita a diferentes escritórios do grupo e reuniões de grupos geográficos.

Na rubrica “Publicidade, marketing e propaganda” ocorreu um decréscimo significativo face ao ano anterior, uma vez que devido à reestruturação por via da fusão, os eventos de marketing ainda estão a aguardar aprovação.

18. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Remunerações	3.418.654	3.654.582
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	107.200	109.748
Indemnizações	608.299	-
Encargos sobre remunerações	839.129	942.025
Outros	136.254	175.922
	<u>5.109.536</u>	<u>4.882.278</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica "Remunerações do pessoal" inclui não só os salários dos colaboradores locais, como também os custos relacionados com os expatriados, os quais diminuiram este ano, decorrente da diminuição do número de expatriados. A mesma rubrica inclui um valor referente a bónus de cerca de 458.000 euros (cerca de 532.000 euros em 2015).

O aumento no total dos "Gastos com o Pessoal" deve-se ao montante de 608.299 euros relativo, essencialmente, a uma indemnização paga a um dos gerentes por cessação de contrato por mútuo acordo.

A rubrica "Benefícios pós-emprego – contribuição definida" diz respeito aos custos com as contribuições efetuadas pela Sociedade para o plano de contribuição definida atribuído aos seus colaboradores.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, encargos suportados com seguros e formação.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascendia a 92 e 94, respetivamente.

19. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é como segue:

	30-06-2016	30-06-2015
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	56.251	39.726
Diferenças de câmbio desfavoráveis	49.368	17.607
Impostos	463	400
Outros	14.847	57.663
	<u>120.930</u>	<u>115.396</u>

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos e perdas em investimentos não financeiros” refere-se às menos valias geradas com o abate dos equipamentos associados ao espaço para o qual não foi renovado o contrato de arrendamento (Nota 5).

No exercício findo em 30 de junho de 2015, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” dizia respeito a uma indemnização recebida pela Sociedade em novembro de 2014.

20. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	866	320
Outros	<u>448</u>	<u>225</u>
	<u>1.314</u>	<u>545</u>

21. Partes relacionadas

21.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede no Reino Unido, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.

21.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, as remunerações do pessoal chave da gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 1.347.697 euros e 644.199 euros, respetivamente. O saldo a 30 de junho de 2016, para além de incluir remunerações fixas, prémios e encargos, inclui a indemnização paga a um dos gerentes, pela cessação do contrato de trabalho.

21.3 Saldo e transações com partes relacionadas

As transações e os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram como seguem:

	30-06-2016	30-06-2015
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Serviços prestados</u>
Towers Watson Limited	8.219.675	7.377.514
Towers Watson Delaware Inc.	116.641	204.376
Towers Watson (Ireland) Limited	50.944	(16.684)
Towers Watson NV	44.066	26.316
Towers Watson SARL	39.442	52.728
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	36.794	19.785
Towers Watson Netherlands BV	23.398	23.971
Towers Watson AG	15.133	37.411
Towers Watson de España SA	11.747	36.580
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	3.331	-
Towers Watson Middle East FZ-LLC	3.280	-
Towers Watson Canada Inc	1.326	2.354
Towers Watson Italia Srl	-	21.125
Towers Watson Pennsylvania Inc.	-	(282)
Towers Watson Versicherungsservice GmbH	-	(2.557)
Towers Watson Global Business Services	(2.326)	(577)
Towers Watson GmbH	(4.515)	1.101
	<u>8.558.937</u>	<u>7.783.161</u>

	30-06-2016	30-06-2015
	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Serviços obtidos</u>
Towers Watson Limited	403.606	322.006
Towers Watson Delaware Inc.	386.838	121.929
Towers Perrin Capital Corp	157.494	199.680
Towers Watson AG	30.532	63.575
Towers Watson de España SA	14.399	37.988
Towers Watson Global Business Services	10.292	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	8.131	14.475
Towers Watson Netherlands BV	529	-
Towers Watson Canada Inc	81	-
Towers Watson Pennsylvania Inc.	-	30.201
	<u>1.011.902</u>	<u>789.855</u>

	30-06-2016				
	<u>Clientes</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acréscimos de gastos</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>
Towers Watson Limited	117.868	(336.978)	1.506.362	(8.003)	6.463.080
Towers Watson SARL	9.059	(544)	-	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	6.506	(111.043)	(12.823)	(107.255)	-
Towers Watson de España SA	4.084	(1.500)	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	3.506	(426)	-	-	-
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	1.050	-	-	-	-
Towers Watson Italia Srl	450	-	-	-	-
Towers Watson (Ireland) Limited	-	-	38.170	-	-
Towers Watson Canada Inc	-	(82)	-	-	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	(4.350)	-	-	-
Towers Watson Global Business Services	-	(3.021)	-	-	-
	<u>142.523</u>	<u>(457.943)</u>	<u>1.531.710</u>	<u>(115.258)</u>	<u>6.463.080</u>



	30-06-2015				
	<u>Clientes</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acréscimos de gastos</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>
Towers Watson Limited	2.038.709	(143.480)	1.116.939	(31.523)	3.505.232
Towers Watson Delaware Inc.	6.847	(119.377)	-	(16.684)	-
Towers Watson NV	2.445	(1.525)	-	-	-
Towers Watson SARL	1.508	-	-	-	-
Towers Watson de España SA	1.307	(28.799)	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	971	-	-	-	-
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	504	-	-	-	-
Towers Watson AG	478	(63.432)	-	-	-
Towers Perrin Capital Corp	-	(65.339)	-	-	-
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	(8.229)	-	-	-
Towers Watson GmbH	-	(1.369)	-	-	-
	<u>2.052.769</u>	<u>(431.550)</u>	<u>1.116.939</u>	<u>(48.207)</u>	<u>3.505.232</u>

22. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 30 de junho de 2016 ascendem a 19.712 euros.

Prestação de serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º 1 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram integralmente recebidas em numerário e apresentavam a seguinte tipologia:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Comissões	1.439	51.708
Honorários	<u>165.670</u>	<u>203.143</u>
	<u>167.109</u>	<u>254.852</u>

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 apresentam a seguinte composição:

i. Por ramo: 30 junho 2016

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
111.248	39.151	16.710	100,00%	-	-

30 junho 2015

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
137.225	87.816	29.811	100,00%	-	-

ii. Por origem:

	<u>30-06-2016</u>	<u>30-06-2015</u>
Empresas de seguros	1.439	54.788
Outros mediadores	0	0
Clientes	165.670	200.063
	<u>167.109</u>	<u>254.852</u>

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, verificou-se somente uma entidade com nível de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, igual ou superior a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade (Nota 22.a – pág. 30.).

e) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de poderes para movimentar fundos relativos aos contratos de seguros, como tal não existe movimentação a divulgar.

f) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por origem/entidade

Em 30 de junho de 2016 e 2015, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por entidade	30-06-2016		30-06-2015	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Total	49.678	0	41.534	0
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Empresas de seguros	0	0	0	0
Outros	49.678	0	41.534	0

g) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Em 30 de junho de 2016 e 2015, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por natureza	30-06-2016		30-06-2015	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Total	49.678	0	41.534	0
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	0	0	0	0
Outras quantias:				
- Honorários devidos à Sociedade por prestações de serviços	49.678	0	41.534	0

h) Antiquidade e classificação dos valores a receber

Em 30 de junho de 2016 e 2015, todos os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros estavam vencidos há menos de 90 dias, não havendo registo de imparidade para os mesmos, uma vez que a mesma só seria calculada após essa data.

i) Descrição de obrigações contingentes

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não existiam obrigações contingentes.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não houve transmissões de carteiras de seguros.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

- a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2016

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	111.248	39.151	16.710	100,00%	-	-
3820	47.256			28,28%		
1011		19.260	9.074	16,96%		
3814	22.398			13,40%		
1093	20.798			12,45%		
3817	20.798			12,45%		
1021		10.715		6,41%		
outras		9.175	7.635	10,06%		

30 junho 2015

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	137.225	87.816	29.811	100,00%	-	-
1021		54.788		21,50%		
3820	47.648			18,70%		
3817	41.659			16,35%		
3814	28.259			11,09%		
1093	19.659			7,71%		
1011		18.122		7,11%		
1028		14.906		5,85%		
4322			14.906	5,85%		
1011			14.906	5,85%		

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

A Gerência:



O Contabilista Certificado:



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada ("Sociedade"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2016 (que evidencia um total de ativo de 9.108.070 euros e um total de capital próprio de 7.185.302 euros, incluindo um resultado líquido de 1.953.945 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, em 30 de junho de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Sociedade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que não temos conhecimento de qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade em continuar as suas atividades.

X

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão nos termos regulamentares e estatutários;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados da Sociedade; e
- a avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

- a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 12 de outubro de 2016



Deloitte & Associados SROC, S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

